



MÜLLER&PREI

**Confederação Brasileira de
Ginástica**

CNPJ 37.160.348/0001-56

Aracaju-SE

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020**



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores da
Confederação Brasileira de Ginástica
Aracajú - SE

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Confederação Brasileira de Ginástica** (Confederação) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Confederação Brasileira de Ginástica** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e NBC TG 1000).

Base para Opinião com Ressalva

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Não foi realizado o teste de recuperabilidade, conforme disposto na Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos da NBC TG 1000.

Encargos de Depreciação

A Confederação vem registrando os encargos de depreciação através do critério fiscal, pois não foram revisadas as vidas úteis estimadas e os respectivos valores residuais dos bens que integram o Imobilizado, não atendendo dessa forma, o disposto na Seção 17 – Ativo Imobilizado, referente a Resolução CFC Nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Confederação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração da Confederação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e NBC TG 1000) , e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Confederação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Confederação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

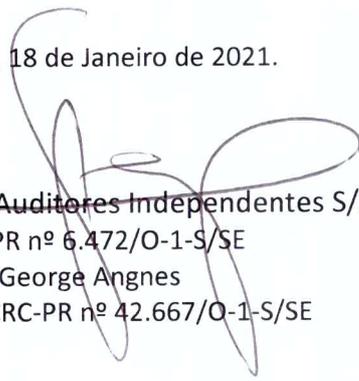
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.





- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Curitiba, 18 de Janeiro de 2021.


Müller & PREI Auditores Independentes S/S
CRC-PR nº 6.472/O-1-S/SE
George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1-S/SE

Confederação Brasileira de Ginástica
Aracaju - SE
Balanco Patrimonial
Ativo

	Em Milhares de Reais	
	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Circulante	1.910	831
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.873	807
Adiantamentos a Funcionários	28	10
Tributos a Recuperar	9	14
Não Circulante	2.582	3.417
Imobilizado	2.582	3.417
Total do Ativo	4.492	4.248

Passivo e Patrimônio Líquido

	31 de	31 de
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante	1.260	597
Fornecedores	-	19
Obrigações Sociais e Trabalhistas	200	238
Provisão p/Férias e Encargos	167	141
Valores a Pagar da Lei Angelo Piva	373	96
Obrigações com Convênios	520	103
Patrimônio Líquido	3.232	3.651
Patrimônio Social	3.651	5.641
Déficit do Exercício	(419)	(1.990)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.492	4.248



Confederação Brasileira de Ginástica

Aracaju - SE

Demonstração do Superávit/(Deficit)

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
Receita das Atividades Operacionais	<u>11.228</u>	<u>14.718</u>
Receitas Diversas	<u>6.697</u>	<u>9.993</u>
Receitas Campeonato Gymnaestrada	-	979
Receitas de Patrocínio Caixa Econômica Federal	5.900	6.800
Outras Receitas Operacionais	854	2.264
Receitas Trabalho Voluntário	-	152
Devoluções de Receitas	(57)	(202)
Receitas - Projetos Lei Angelo Piva	<u>4.531</u>	<u>4.725</u>
Receitas Projeto Lei Angelo Piva	6.706	5.053
Devolução Recursos - Lei Angelo Piva	(2.175)	(328)
Custos - Projetos Lei Angelo Piva	<u>(4.554)</u>	<u>(4.782)</u>
Custos Projeto Lei Angelo Piva	(4.554)	(4.782)
Custos Diversos	<u>-</u>	<u>(152)</u>
Custo Trabalho Voluntário	-	(152)
Resultado Bruto	<u>6.674</u>	<u>9.784</u>
Despesas das Atividades Operacionais	<u>(7.035)</u>	<u>(11.757)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	<u>(7.035)</u>	<u>(11.757)</u>
Despesas com Pessoal	(251)	(344)
Despesas com Viagens	(1.087)	(3.688)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.842)	(6.872)
Despesas com Depreciação	(855)	(853)
Despesas com Tributos	(337)	(436)
Isenções Tributárias Usufridas	337	436
Encargos Financeiros Líquidos	<u>(58)</u>	<u>(17)</u>
Receitas Financeiras	24	78
Despesas Financeiras	(82)	(95)
Déficit do Exercício	<u>(419)</u>	<u>(1.990)</u>

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
Déficit do Exercício	(419)	(1.990)
Movimentação	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(419)</u>	<u>(1.990)</u>



Confederação Brasileira de Ginástica

Aracaju - SE

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Patrimônio Social	Déficit/ Superávit do Exercício	Totais
Saldos Iniciais em 01 Janeiro de 2019	5.830	(189)	5.641
Déficit do Exercício Anterior	(189)	189	0
Incorporação do Déficit do Exercício	0	(1.990)	(1.990)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	5.641	(1.990)	3.651
Déficit do Exercício Anterior	(1.990)	1.990	0
Incorporação do Déficit do Exercício	0	(419)	(419)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	3.651	(419)	3.232

Confederação Brasileira de Ginástica

Aracaju - SE

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(419)	(1.990)
Ajustado por:		
Despesas com Depreciação	855	855
Baixas Imobilizado	(1)	0
Resultado Ajustado	<u>435</u>	<u>(1.135)</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Adiantamentos a Funcionários	(18)	(10)
Tributos a Recuperar	5	(8)
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Fornecedores	(19)	(20)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(38)	0
Provisão p/Férias e Encargos	26	9
Obrigações com Convênios	417	(397)
Valores a Pagar da Lei Angelo Piva	277	(140)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>1.085</u>	<u>(1.701)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	(19)	(43)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	<u>(19)</u>	<u>(43)</u>
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.066</u>	<u>(1.744)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	807	2.551
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.873	807



Confederação Brasileira de Ginástica

Aracaju - SE

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020**

(Em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Confederação Brasileira de Ginástica é uma associação de caráter desportivo sem fins lucrativos ou econômicos, constituída pelas Entidades Estaduais de Administração de Ginástica (Federações) filiadas e tem como fim desenvolver a prática da ginástica em todo território nacional.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18 de Janeiro de 2021.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e elaboradas de acordo com as normas aplicadas às entidades sem finalidade de lucro, conforme disposto na ITG 2002 e Contabilidade para pequenas e Médias empresas, conforme NBC TG 1000.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Demais Ativos Circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.



2.4 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./2020, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estão pelos critérios fiscais, fixados por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31 de Dezembro de 2020 Residual 2020	31 de Dezembro de 2019 Residual 2019
Instalações	10%	27	(27)	-	-
Maquinas e Equipamentos	10%	146	(115)	31	28
Equipamentos de Informática	10%	182	(165)	17	25
Móveis e Utensílios	10%	266	(221)	45	56
Veículos	20%	20	(20)	-	-
Equipamentos de Ginástica	10%	9.101	(6.612)	2.489	3.308
		<u>9.742</u>	<u>(7.160)</u>	<u>2.582</u>	<u>3.417</u>

2.5 Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

2.6 Provisão para Férias

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais até a data do balanço, acrescida de encargos sociais correspondentes.

2.7 Receitas e Despesas

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

Nota 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Caixa	29	42
Bancos Conta Movimento	306	522
Aplicação de Liquidação Imediata	1.538	243
Total	<u>1.873</u>	<u>807</u>

Nota 4. Valores a Pagar - Lei Piva

Referem-se ao saldo a pagar dos recursos recebidos no exercício de 2020, do Comitê Olímpico Brasileiro, referente aos projetos de ginastica artistica, que está assim demonstrados:

	2.020
Valores repassados	6.706
(-) Devoluções efetivas no exercício	(2.148)
(-) Gastos ocorridos no exercício	(4.184)
(-) Saldo a pagar de períodos anteriores	(1)
Saldo a pagar	<u>373</u>

Nota 5. Isenções Tributárias Usufruídas

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções de IRPJ/CSLL e Cofins, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2020 e 2019.

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
COFINS	337	436
Total	337	436

Nota 6. Provisões Para Contingências

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Confederação, para o mês de dezembro de 2020, não existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações cíveis e trabalhistas, classificadas como perdas prováveis ou possíveis.

Nota 7. Obrigações com Convênios

Refere-se aos Convênios/ME-CBG sob termo nºs776542/12 e 878971/18 celebrados entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Ginástica, com objeto de suporte de estrutura física e logística para o desenvolvimento da preparação técnica da Seleção Brasileira de Ginástica Rítmica-GR, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificação estabelecida no plano de trabalho.

A Receita será reconhecida a medida do cumprimento das obrigações dos referidos convênios.

Nota 8. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é constituído dos superávits e diminuído dos déficits e ajustes ocorridos.

Nota 9. Seguros (Não Auditado)

Em 31 de dezembro de 2020 a Confederação possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para edifícios, veículos e acidentes pessoais, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Confederação que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

